

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: um debate necessário ao campo do serviço social brasileiro

Ana Beatriz Amorim Ferreira¹

Vitória Carolina Santos Carvalho²

RESUMO

O presente artigo busca somar ao debate a respeito da temática da violência contra mulheres com deficiência no contexto brasileiro que é atravessada historicamente a partir de uma base machista e capacitista, faz-se uma reflexão a respeito da importância significativa que a atuação do Serviço Social no campo dos estudos científicos e profissional pode representar ao enfrentamento dessa problemática. Os pressupostos teóricos e metodológicos que orientam este trabalho partiram de um levantamento documental sobre os casos de violência, de pesquisa realizada em três portais de relevância para a área do Serviço Social e bibliográfico. A partir das conclusões obtidas observou-se que a realidade das mulheres com deficiência vítimas de violência representa um campo de muita luta e resistência no território brasileiro marcado pela invisibilidade e preconceito, onde as ações e políticas voltadas ao seu enfrentamento precisam ser executadas com mais atenção e eficiência.

Palavras-chave: Mulheres com Deficiência; Violência; Serviço Social.

ABSTRACT

The present article aims to contribute to the debate on the theme of violence against women with disabilities in the Brazilian context, which is historically shaped by a combination of sexism and ableism. It reflects upon the significant importance that the Social Work profession and scientific studies can have in addressing this issue. The theoretical and methodological assumptions guiding this work were based on a documentary survey of violence cases, research conducted on three relevant portals in the field of Social Work, and bibliographic sources. From the conclusions drawn, it was observed that the reality of women with disabilities who are victims of violence represents a field of intense struggle and resilience in the Brazilian territory, marked by invisibility and prejudice. Actions and policies aimed at addressing this issue need to be implemented with greater attention and efficiency.

Keywords: Women with Disabilities; Violence; Social Work.

¹ Universidade Federal do Pará, Discente de Serviço Social do 6º Semestre;

anabeatrizamorimferreira@gmail.com.

² Universidade Federal do Pará, Discente de Serviço Social do 6º Semestre; falta o vitoria.carvalho@icsa.br.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa fomentar o debate a respeito da violência contra mulheres com deficiência, que é atravessada pela construção de uma sociedade machista e capacitista que vem se desenvolvendo desde a época colonial no país e refletindo de maneira contínua na sociedade atual, parte-se de uma reflexão, sobre a forma que a profissão e o campo de estudos científicos do Serviço Social podem representar um forte apoio ao enfrentamento dessa problemática e como intervêm na formulação e operacionalização de políticas que assegurem o direito dessas mulheres. Dessa forma, se torna necessário buscar compreender a realidade e entraves enfrentados por essas vítimas, assim como, debater sobre o acesso as políticas de enfrentamento e a sua eficiência em relação a essas vítimas.

Nesse sentido, se faz necessário abordar o campo de atuação do assistente social em relação ao enfrentamento dessas violências, já que a profissão segundo os fundamentos do seu Código de Ética Profissional abrange a viabilização de direito a todos e está ligada ao processo de desenvolvimento e execução de políticas que dentre suas finalidades devem assegurar que essas mulheres consigam superar o contexto de violência em que estão inseridas, assim como, contribuam para o enfrentamento aos demais preconceitos e desafios presentes cotidianamente na sociedade, pois segundo Coutinho (2000, p. 50-51): “ A cidadania não é algo dado aos indivíduos de uma vez para sempre, [...] mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas implicando um processo histórico de longa duração”. Nesse sentido, o Serviço Social como mediador de tais problemáticas e do desenvolvimento de soluções se torna fundamental no processo desse direito e ao enfrentamento da presente violência.

O procedimento metodológico adotado se constitui na realização de um levantamento documental sobre os casos de violência contra mulheres com deficiência e bibliográfico possibilitando um aprofundamento no estudo, e dessa forma, destacando a importância do debate sobre o assunto e sua construção na área

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

do Serviço Social. Assim, recorreremos aos anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Portal de Periódicos da UFPA e também na revista *Temporalis*, adotando-se o recorte temporal de 2018-2022, nas quais se utilizou o descritor “Violência contra Mulheres Com Deficiência e Serviço Social”; “Mulheres Com Deficiência”, tendo os seguintes critérios de inclusão: a) trabalhos disponíveis online, b) similaridade com a temática da pesquisa, c) Idioma português; e os critérios de exclusão são: a) ausência de similaridade com a temática, b) trabalhos não disponíveis nas plataformas online, c) trabalhos em outros idiomas que não o português, além disso, utilizamos os livros “O que é a deficiência?” (Diniz; 2007), “Mulheres Invisíveis” (Perez; 2022), e o “Código de Ética do/a Assistente Social Comentado” (Sylvia; Barroco; 2018) entre outros. Diante disso, encontrou-se zero trabalhos que estavam dentro do critério de inclusão da pesquisa e a partir disso elaborou-se a crítica dissertada nesse trabalho, considerando o Serviço Social enquanto profissão que atua na elaboração e execução de políticas sociais.

2 A QUESTÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO INTRÍNSECA A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA

Segundo o art.2 no “Estatuto da Pessoa com Deficiência” (2015), se considera pessoa com deficiência aquelas que possuem impedimento a longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir a sua participação efetiva e plena na sociedade[...]”. Segundo a revista *Atlas* no site do G1, no ano de 2021, a cada hora um caso de violência contra pessoas com deficiência foi registrado no Brasil, sendo em sua maioria com mulheres. Tendo em vista isso, percebe-se que o caso de violência contra mulheres PCD'S apresenta não somente a questão das marcas deixadas pelo histórico de uma sociedade machista e patriarcal, mas também, nos reflexos do capacitismo que se refere a série de preconceitos que as tratam a partir de uma visão que as julga como inferiores e as menospreza devido a sua deficiência e definindo como padrão corpos sem deficiência. (CONSTANTINO *et al.*, 2020,p. 24).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Somado a isso, é também possível ser explicitado a falta de importância atribuída a situação dessas mulheres em meio ao contexto social em relação ao tema no Brasil embora os dados demonstrem a maior vulnerabilidade do grupo. Segundo Costantino *et al.* (2020, p. 85) é possível notar que a invisibilidade sofrida colabora para que essas mulheres se transformem em alvos mais vulneráveis, podendo afetar o acesso as ações interventivas, que muitas das vezes podem se somar a uma possível dependência da vítima em relação ao seu agressor e que as impede de terem como reagir ao serem alvo de violências que podem ser tanto físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais ou morais.

Ademais, outra marca do Capacitismo durante o enfrentamento a violência dessas mulheres com Deficiência se encontra na falta de acessibilidade nos locais de denúncias e nos materiais que contém as leis e serviços que amparam essas mulheres e que acabam passando despercebidos. Situação essa demonstrada através da fala da Deputada Tereza Nelma, na audiência pública ocorrida no ano de 2022, promovida pelas Comissões de Defesa dos Direitos da Mulheres e de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, presente em matéria realizada no mesmo ano no site da Câmara dos Deputados, na Agência Câmara Notícias (2022) a qual apresenta que: “Essas mulheres não são amparadas pela estrutura de Serviços públicos que muitas vezes não dispõe de acessibilidade [...] para que elas cheguem ao local para fazer a denúncia”, assim fazendo referência a discussão da invisibilidade dessas mulheres com deficiência no enfrentamento a violência. Somado a isso, se tem o fato de que a Lei Maria da Penha criada em 2006 para ser a responsável pela criminalização a violência doméstica e familiar contra mulheres, só tornou obrigatória em junho de 2019 a presença da informação sobre a condição de deficiência da vítima nos boletins de ocorrência nos casos de violência doméstica, com objetivo de agravar a pena do agressor e trazer mais atenção às mulheres com deficiência que são vítimas desse tipo de violência.

Como também, o caso apresentado na notícia publicada no Jornal O Globo no ano de 2019, que apresenta a situação de mulheres surdas em uma das principais

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

idades brasileiras a capital do Rio de Janeiro, que não conseguem registrar suas denúncias de violências domésticas sofridas por falta de um intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais), onde uma das vítimas relata que o requerimento de uma medida protetiva contra o seu agressor demorou anos para ser registrada e pela impossibilidade de comunicação correu risco de morte, e para além disso, afirmou também á reportagem que seu Boletim de Ocorrência foi registrado através de mímicas onde ela relata o sentimento de exposição e desconforto. Sendo assim, chama-se atenção a importancia da acessebilidade em serviços públicos para que essas mulheres consigam ser ouvidas e realizar suas denúncias, como também, ter mais informações sobre seus direitos diante dessa problemática.

No livro “As mulheres Invisíveis” (2022) de Maria Madeiro, se expõe a visão da realidade no qual a violência contra a mulher é pontuada e afirmada como situação recorrente não só em um determinado nível social mas em todos, nessa perspectiva, entende-se que em um mundo historicamente machista, permeado por “Uma ideologia que prega a visão do homem como figura superior à da mulher nos diversos âmbitos da sociedade e gerando uma série de preconceitos que refletem na realidade e no convívio social” (Balbinotti, 2018, p.247), homens obtém privilégios apenas por serem homens, “por serem mais fortes”, ou “terem mais força” criando assim um poder em esferas familiares e trabalhistas, constituindo um patriarcado - o qual se caracteriza na relação de poder entre homens sob mulheres -, onde as mesmas pouco tem voz e com isso se retém ao que é lhe imposto, capta-se que a desigualdade de gênero se torna base de diversas formas de violência como, por exemplo, a violência doméstica, matrimonial, sexual, psicológica entre outras.

Além disso, o artigo “Mulheres com Deficiência: Violência e Invisibilidade” (2022), apresenta que mulheres PCD’S enfrentam um duplo obstáculo: o sexismo que é o ato de discriminação e objetificação sexual, sendo a ação de quando se reduz alguém ou um grupo apenas pelo gênero ou orientação sexual, e a discriminação diante de suas capacidades físicas e intelectuais configurando o capacitismo. Nesse sentido, entende-se a importância de políticas sociais que reforcem o quanto

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



mulheres pcd's são tão capazes quanto mulheres sem deficiência, independente de sua classe, raça/cor, condição econômica etc, uma vez que:

A articulação dessas políticas [...], também conhecida como uma visão interseccional da realidade social, produz diferentes experiências de vida, que, quando reforçam sistemas opressivos, se executadas equivocadamente, podem se transformar em desigualdades e aumentar a vulnerabilidade individual e coletiva destas mulheres. (Garcia e Souza; 2010)

Kimberlé W. Crenshaw, defensora dos direitos civis e uma das principais estudiosas da teoria crítica da raça, caracteriza a Interseccionalidade como:

“[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (Crenshaw; 2002).

A partir do pensamento desenvolvido pela autora é possível entender que a problemática da violência contra a mulher com deficiência apesar de afetar uma coletividade, também deve ser considerada a partir das particularidades que envolvem cada uma dessas mulheres, pois dependendo de marcadores como raça, classe social, sexualidade e entre outros, os resultados das consequências dessa violência são apresentados com várias outras nuances, que nem sempre são considerados no momento das ações de enfrentamento ou até mesmo de se colocar em debate.

Segundo fontes do site Camera.leg, a secretária de Segurança Pública da Bahia, no ano de 2021, Denice Santiago, afirmou que, durante a pandemia, a cada oito minutos uma mulher sofre violência, destas, mais da metade são negras. Assim, nota-se portanto, o quanto a violência e suas múltiplas formas são atravessadas pela interseccionalidade, demonstrando assim a importância de políticas que não compactuam para que essas diversidades se tornem barreiras causadoras de desigualdades e aumentem suas vulnerabilidades, mas que somados por suas diferenças se unam em um dever de reforço a garantia de direitos, a segurança e o

PROMOÇÃO



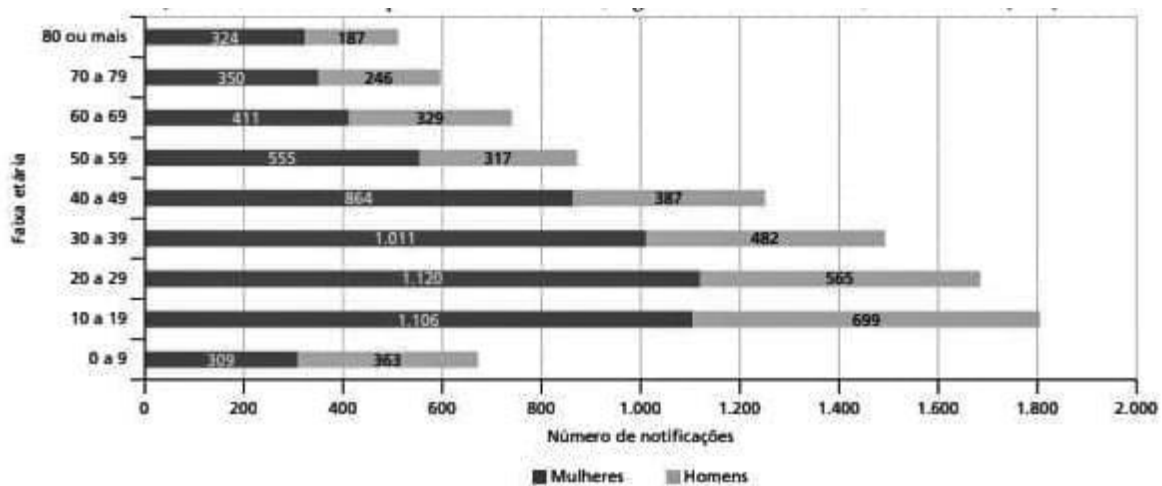
APOIO



bem estar dessas mulheres com deficiência.

Pensando nessa problemática, a Política Nacional de Enfretamento a Violência contra mulher(2003), estruturada a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), tem por objetivo: “[...] implementar ações que desconstruam os mitos e estereótipos de gênero e que modifiquem os padrões sexistas, perpetuadores das desigualdades de poder entre homens e mulheres e da violência contra as mulheres”, somado a isso, o Art. 4º do Estatuto da Pessoa com Deficiência “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”, No entanto, dados da ONG Essas Mulheres (2022), revelam que pessoas do sexo feminino com deficiência sofrem três vezes mais violências físicas, psicológicas, morais, patrimoniais e sexuais do que pessoas do sexo feminino sem deficiência considerando sua autonomia física e mental.

Tabela 1 – Notificações de violência contra pessoas com deficiência, segundo sexo e faixa etária.



Fonte: Viva/ Sesan 2018

Neste sentido, faz-se uma reflexão sobre a eficiência das políticas públicas existentes, que, mesmo buscando ações de igualdade, ainda não são o suficientes, uma vez que é possível identificar a questão da desigualdade de gênero somado a

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

invisibilidade como principais expressões da questão social que se caracteriza como “..um conjunto das expressões de desigualdades da sociedade capitalista madura...” (Iamamoto, 1998, p.27), segundo fontes da Agência Senado no Data Folha, no ano de 2021, em um debate sobre ações mais efetivas ao combate à violência a mulheres com deficiência a Senadora Mara destacou que: “mesmo com a Lei Maria da Penha, em vigor desde 2006, o Brasil ainda é responsável por 40% dos crimes de feminicídio na América Latina e que se faz necessário adequarmos as intervenções às necessidades das mulheres nas situações de violência”, junto a esse conhecimento a Procuradora da Mulher no Senado - que também estava presente no debate - Leila acrescentou que: “ 7 mil casos de violência contra mulheres com deficiência foram registrados em 2019”, sendo destes, 58% relativos a violência doméstica.

Desse modo, nota-se a importância de ações eficazes e eficientes para salvaguardar a vida de mulheres PCD'S, assim como, a imprescindível visibilidade perante as mesmas em termo de proteção e a garantia sob seus direitos diante de leis e políticas que assegurem suas vidas e colaborem para o não preconceito diante de suas capacidades físicas e intelectuais. Em conjunto dessas duas informações, se reflete acerca da validade dessas denúncias e como caminha a eficiência e eficácia das políticas públicas voltadas a essa particularidade.

3 UMA REFLEXÃO SOBRE O SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA

A importância da atuação do Serviço Social diante dessa questão é pontuada no fato de que sua atuação está pautada em um Projeto ético-político no qual seus fundamentos estão intrínsecos a liberdade como valor ético central e as demandas ligadas a ela como a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

O Assistente Social em sua prática profissional, na relação que estabelece com os usuários do Serviço Social, com outros profissionais e com qualquer pessoa, deve pautar sua conduta no reconhecimento da liberdade e de suas possibilidades, eis que esse é o valor ético central. (BARROCO, 2012, p.121)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Tendo em vista isso, a profissão carrega em sua base um compromisso com a viabilização dos direitos e a promoção da justiça social a todas as pessoas em sociedade, como também, possui os instrumentos e ações capazes de se tornarem grandes aliados nas decisões e processos de criação de políticas, na universalização das informações, como também, tendo a possibilidade de serem grandes agentes a somar na defesa e segurança de mulheres com deficiência que vem historicamente, sendo vítimas de violências, e sofrendo com a invisibilidade de sua causa no contexto social brasileiro.

Porém, ao se realizar uma busca documental por portais de grande relevância (Revista Temporalis, Anais da edição de 2022 do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), Portal de Periódicos da Universidade Federal do Pará) que funcionam como meio importante para diversas publicações na área de Serviço Social, diante dos recortes de inclusão e exclusão aplicados, não encontramos nenhum trabalho publicado a respeito dessa problemática.

Dessa forma, observamos a necessidade de se repensar o ponto de partida das discussões sobre violência dentro da área e ressaltar os diferentes recortes que precisam ser considerados. Tendo em vista isso, vale a pena refletir e voltar em uma das questões que vem sendo tratada ao longo deste trabalho, que circula no fato de que a invisibilidade causada pelo preconceito contra corpos não padrões como o de mulheres com deficiência também pode estar afetando a importância dada ao que se considera relevante ser debatido no contexto acadêmico e que irá refletir diretamente na atuação profissional.

[...] esse é um campo pouco explorado no Brasil não apenas porque a deficiência ainda não se libertou da autoridade biomédica, com poucos cientistas sociais dedicando-se ao tema, mas principalmente porque a deficiência ainda é considerada uma tragédia pessoal, e não uma questão de Justiça Social. (DINIZ; 2007)

Tendo em vista, a reflexão da autora é possível compreender que a questão da deficiência precisa ser tratada e debatida também a partir de uma visão social e política. Visto que, carrega um histórico de barreiras criadas socialmente que refletem no bem-estar para além de uma questão unicamente biomédica, mas também nos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



outros âmbitos das relações sociais que cercam essas mulheres e estão diretamente relacionados com a forma como são vistas e tratadas, assim como, se reflete também no desenvolvimento do processo de escuta e resolução de suas demandas. Nesse sentido, é necessário fomentar a urgência e importância de dar voz e espaço a um coletivo que está na busca pelo direito a exercer sua autonomia e estarem representadas no acesso e desenvolvimento de políticas públicas, ações interventivas e afirmativas que ganham força para serem pensadas e executadas, também através dos estudos e dados levantados.

4 CONCLUSÃO

A partir dos pontos levantados ao longo do trabalho foi possível perceber como a questão da violência contra mulheres PCD'S se dá na realidade brasileira e identificar que por mais que existam ações voltadas ao enfrentamento dessa questão ainda falta uma maior atenção nas execuções interventivas voltadas para esse assunto, o que foi possível notar a partir dos dados alarmantes de violência apontados, assim como, também foi possível refletir como o campo científico do Serviço Social vem tratando da violência e seus recortes.

Portanto, é possível concluir o quanto a questão das mulheres com deficiência vítimas de violência é demarcada por lutas e uma necessidade de maior visibilidade e importância dada a esse debate pela sociedade brasileira. Visto que, esse recorte representa mais uma das marcas deixadas pelo reflexo do machismo somado ao capacitismo afetando as mais diversas realidades e presente em todos os âmbitos sociais, e cabendo ao Estado e a sociedade como um todo trabalharem e cooperarem para que esse grupo tenha a oportunidade de ter acesso a uma qualidade de vida com segurança e liberdade plena de seus direitos.

Ademais, se reflete também o quanto o espaço científico, acadêmico e profissional do Serviço Social possui o impulso necessário para se tornarem espaços que deem voz a esse grupo e suas demandas, pois quanto mais o estudo e aprofundamento do tema melhor será refletido em relação a ação profissional do

PROMOÇÃO



APOIO



assistente social ao lidar diretamente com as causas desse grupo que também compõe os usuários que fazem parte do cotidiano da profissão. Já que, o Serviço Social é uma área com uma visão e abordagem muito aprofundada e crítica sobre a realidade social e suas circunstâncias que é capaz de colaborar e incentivar ações de prevenção contra essas situações de violência, como também, de estar à frente somando na luta por justiça e a viabilização de direitos e a plena execução de políticas voltadas a essas mulheres com deficiência.

REFERÊNCIAS

ACABAYA, Cíntia; ARCOVERDE, Léo. ***A cada hora, um caso de violência contra pessoa com deficiência é registrado no Brasil, diz Atlas; maioria ocorre em casa e com mulheres.*** G1 SP e Globo News, 2021, Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/31/76-mil-casos-de-violencia-contrapessoas-com-deficiencia-foram-notificados-em-2019-diz-atlas-maioria-ocorre-em-casa-e-com-mulheres.ghtml> . Acesso: 16/04/2023.

Agência Câmara Notícias. ***Visibilidade das mulheres com deficiência no enfrentamento à violência é tema de debate nesta terça.*** Câmara dos Deputados.

2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/924232-visibilidade-das-mulheres-com-deficiencia-no> . Acesso: 30/04/2023.

Balbinotti, I. ***A Violência Contra A Mulher como Expressão do Patriarcado e do Machismo.*** Revista Da ESMESC, 25(31), 239–264. Disponível em:

<https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/191> .p247. Acesso:29/04/2023. 2018.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. (Orgs.) ***Código de ética do/a Assistente Social comentado.*** São Paulo: Cortez, 2012.

COSTA, Giulia. ***Mulheres surdas não conseguem denunciar violência doméstica por falta de intérpretes.*** O Globo, 2019. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/celina/mulheres-surdas-nao-conseguem-denunciar-violencia-domestica-por-falta-de-interpretres-23597017> . Acesso: 13/06/2023.

COSTANTINO, Carolini et al. ***Guia Mulheres com Deficiência: Garantia de Direitos***

PROMOÇÃO



APOIO





para Exercício da Cidadania, 2020.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171, jan. 2002

DA SILVA, Vitória Regia; GUIMARÃES CRUZ, Agnes Sofia. GENERONUMERO. 2021. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/violencia-sexual-mulheres-deficiencia/>. São Paulo, Acesso: 30/04/2023.

DINIZ, Débora. **O que é Deficiência?**. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos;324).

Estatuto da Pessoa com Deficiência. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. 50 p.

GARCIA, Sandra; SOUZA, Fabiana Mendes de. **Vulnerabilidades ao HIV/aids no Contexto Brasileiro: iniquidades de gênero, raça e geração**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 19, supl. 2, p. 9-20, Dezembro

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional** Ed. Cortez, SP, 1998. (p.27)

MATTOS, Anna Clara. **Mulher com deficiência: Violência e invisibilidade**. 2022. Disponível em: <https://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=2255/>. Rio de Janeiro, Acesso: 30/04/2023.

MEDEIRO, Maria. **Mulheres Invisíveis**. Chiado Brasil, 2022.

Netto, Letícia. **Capacitismo**. Infoescola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/capacitismo/#>. Acesso: 16/04/2023.

O que é Sexismo? Significados. Disponível em: <https://www.significados.com.br/sexismo/>. Acesso: 29/04/2023.

RODRIGUES Imanishi, Rute. **Violência contra pessoas com deficiência: O que dizem os dados da saúde pública?**, Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, dos Institutos e da Democracia - Diest, N° 54, Pág (1 à 33), Outubro de 2021.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Violência Contra Mulheres com Deficiência. Não se cale, 2020. Disponível em:

<https://www.naosecale.ms.gov.br/violencia-contra-mulheres-com-deficiencia/>

.Acesso: 16/04/2023.

PROMOÇÃO



APOIO

